

AMB NewsLetter

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos, Dispensa de Registo N.º.03/GABINFO-DEC/2015; Editor: Secretaria Geral AMB. Ed. N.º02, Janeiro - Março 2015
ambancos@teledata.mz www.amb.co.mz

Para tornar o sector privado mais competitivo

EXIGE-SE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E INDUÇÃO DO ESTADO



Análise

IMPLEMENTAÇÃO DE BASILEIA II Desafios, Oportunidades e Principais Impactos

Dr. Oldemiro Belchior - Chief Economist AMB

Pág. 9

BM decide intervir nos mercados interbancários

Pág. 6

Entrevista: Dr. Alfredo Paúa

Tecnologias e riscos financeiros em Moçambique Até que ponto os bancos nacionais estão preparados?

Pág. 3

EDITORIAL

Tecnologias e riscos financeiros

De acordo com o Aviso regulamentar n.º 04/GBM/2013, do Banco de Moçambique, o risco tecnológico relaciona-se com qualquer resultado adverso (dano, perda, interrupção, violação, irregularidade ou falha) decorrente do uso ou dependência de hardware, software, dispositivos electrónicos, redes e sistemas de telecomunicações. Estes riscos podem também estar associados a falhas de sistemas, erros de processamento, defeitos de software, falhas de hardware, fraquezas de controlo, brechas de segurança, sabotagem interna, espionagem, ataques maliciosos, incidentes de *hacking*, conduta fraudulenta, etc.

Considerando que as instituições de crédito dependem cada vez mais das tecnologias de informação (TI) e da Internet para desenvolverem o seu negócio e interagir com os mercados, o reconhecimento da magnitude e implicações dos riscos tecnológicos inerentes a actividade bancária, deve ser considerado um factor crítico de

sucesso, tanto a nível individual das instituições de crédito como de todo o sistema financeiro.

Faça as últimas notícias sobre

os ataques protagonizados por *hackers* a vários bancos ao redor do mundo, tendo causado prejuízos financeiros avultados, o tema sobre a importância do risco tecnológico para a segurança das instituições financeiras, foi a razão da escolha para esta 2ª Edição da Newsletter da AMB.

Entrevistamos o Dr. Alfredo Paua, Director de Risco, Millennium Bim, que explica as causas e impactos do risco tecnológico no desempenho das instituições financeiras, bem como as acções preventivas que os Bancos devem adoptar para identificar, avaliar, mensurar, gerir e controlar o risco resultante de ataques cibernéticos.

AMB – Associação Moçambicana de Bancos



Hackers roubaram mais de US\$ 1 bilhão de bancos ao redor do mundo

Uma aliança internacional de hackers foi responsável pelo roubo de mais de 1 bilhão de dólares de bancos ao redor do mundo, aponta um relatório da empresa de segurança russa Kaspersky Lab apresentado nesta segunda-feira. Os ciberataques estariam a ocorrer desde o final de 2013 e atingiram pelo menos cem bancos em trinta países.

Depois de ganhar acesso aos computadores dos bancos através de esquemas de fraude eletrônica conhecidos como phishing e outros métodos, eles ficam à espreita por meses, para aprender sobre os sistemas bancários, capturando telas e vídeos de funcionários dos bancos enquanto eles utilizam os seus computadores corporativos, disse a empresa.

Quando ganham familiaridade com as operações do banco, os hackers usam o conhecimento acumulado para roubar dinheiro sem levantar suspeitas, programando caixas eletrônicos para distribuir dinheiro em momentos

específicos ou configurando contas falsas e transferindo dinheiro para elas. O relatório completo devia ser divulgado esta segunda-feira numa conferência em Cancun, no México.

Os hackers parecem limitar o seu roubo a 10 milhões de dólares antes de passar para outro banco, parte da razão pela qual a fraude não foi detectada antes, disse o principal pesquisador de segurança da Kaspersky, Vicente Diaz, em entrevista à agência Associated Press. A Kaspersky não identificou os bancos e ainda está a trabalhar com agências de aplicação de leis para investigar os ataques.

Os ataques são incomuns, porque o alvo são os próprios bancos, e não os clientes e as informações das contas, disse Diaz. Segundo ele, o objectivo parece ser apenas o ganho financeiro, em vez da espionagem. "Neste caso, eles não estão interessados em informações. Eles só estão interessados no dinheiro", afirmou.

A maioria dos alvos são bancos da Rússia, Estados Unidos, Alemanha, China e Ucrânia, embora os golpistas também possam ter expandido a sua actuação

para a Ásia, Médio Oriente, África e Europa, disse a Kaspersky. Num caso, o banco perdeu 7,3 milhões de dólares em fraudes aos caixas eletrônicos. Em outro, uma instituição financeira perdeu 10 milhões de dólares com os hackers explorando a plataforma online.

O Centro de Análise e Compartilhamento de Informações dos Serviços Financeiros, organização que alerta os bancos sobre a actividade de hackers, disse em um comunicado que os seus membros receberam um resumo do relatório em janeiro. "Não podemos comentar sobre as acções individuais que os nossos membros têm tomado. Acreditamos que os nossos membros estão a tomar as medidas apropriadas para prevenir e detectar esse tipo de ataques e minimizar quaisquer efeitos para os seus clientes", afirmou a organização. www.bbc.co.uk 16 Fevereiro 2015

Entrevista

Face a notícia acima, **AMBNewsLetter** entrevistou ao **Dr. Alfredo Paúa, economista no sector bancário, Gestor de Riscos Bancários para saber até que ponto o sistema bancário moçambicano está preparado.**

AMBNewsLetter (AMBN): A luz do Aviso n.º 04/GBM/2013, do Banco de Moçambique, que categoria de riscos podem ser identificados e quais os impactos esperados nas instituições bancárias ?

Dr. Alfredo Paúa (AP): De acordo com o nº 1.2.1, do art. 5 do Aviso nº 04/GBM/2013, achamos que podem ser identificadas cinco categorias de risco associados ao texto, designadamente: Risco Operacional; Risco Reputacional; Risco de Tecnologia de Informação, Risco de Liquidez e Risco de Crédito.

Impactos esperados nas Instituições bancárias:

❖ **Operacional:** Falhas atribuídas aos processos internos devido ao acesso e a partilha de informação confidencial ao ambiente externo, propiciando a invasão dos *hackers*

e apropriação de activos financeiros do Banco com impactos negativos na conta de exploração do Banco;

❖ **Sistema de informação:** Invasão dos *hackers* ao funcionamento do sistema bancário, quando resulta da apropriação de activos financeiros do Banco, reduz a solidez do Banco bem como a capacidade de dar crédito;

❖ **Liquidez:** Quando a Invasão dos *hackers* ao sistema central de um Banco resulta em perdas financeiras avultadas, esta situação pode levar a uma corrida aos depósitos, com todas as consequências daí resultantes. A corrida aos depósitos resulta

normalmente da insegurança quanto à capacidade de o Banco devolver aos depositantes as suas poupanças. Esta situação pode ocorrer em resultado de falhas de natureza operacional ligadas à insegurança de sistemas, *hacking* ou falhas de *firewal*, com impactos ao nível da imagem e reputação do Banco. Ocorrendo tais falhas os clientes analisam a frequência com que elas ocorrem, bem como a sua magnitude, ou seja a severidade (impacto financeiro de cada ocorrência desta natureza), para depois definir o nível de confiança atribuir ao Banco. Desta análise

pode resultar uma decisão do mercado, que leve o Banco a ter problemas de liquidez, traduzidos na incapacidade de o Banco manter os recursos que tem e, de gerar ou captar novos recursos, podendo até esta situação obrigar a Instituição a vender os seus activos por valores inferiores aos valores de mercado, para poder honrar os seus compromissos;

❖ **Reputação:** Confiabilidade e

integridade do banco perante os seus diversos clientes impossibilitando novas parcerias, negócios e investimentos; dificuldade em estabelecer novas relações e manter os seus clientes já existentes devido a uma percepção negativa sobre a imagem do Banco no mercado.

❖ **Crédito:** A ocorrência de perdas financeiras resultantes de eventos de perdas operacionais tem impacto directo na conta de exploração do

Banco e, consequentemente nos Fundos Próprios do Banco. A redução dos Fundos Próprios do Banco afecta a capacidade de os Bancos concederem crédito, na medida em que os limites de concentração do crédito num cliente ou Grupo Económico estão indexados aos Fundos Próprios.

AMB: Existe algum instrumento ou mecanismo de prevenção para se detectar este tipo de evento de risco à bancos moçambicanos ?

AP: Sim, existem instrumentos que permitem detectar este tipo de eventos, nomeadamente:

❖ **Sistema de Prevenção de Intrusão** (*Intrusion Prevention System – IPS*) é uma plataforma com capacidade de monitorar o tráfego de rede, detectar actividades anóma-

las/malicio-sas ou violação de políticas internas nos sistemas, efectuar o registo (log) destas actividades, e de forma automática tentar bloquear e reportar. Este tipo de sistema é também conhecido como sistema activo de intrusão.

❖ **Sistema de Detecção de Intrusão**

(*Intrusion Detection System- IDS*): é uma plataforma que permite descobrir, ao nível dos sistemas centrais dos Bancos, acessos não autorizados e que podem indicar a acção de um *hacker* ou até mesmo de funcionários mal-intencionados.

AMB: Como é que está organizado o sistema bancário em termos de segurança ou meios de protecção face à ataques cibernéticos?

AP: Na nossa opinião as Instituições Financeiras encontram-se protegidas, na medida em que detém:

- Sistemas operativos (Versões Recentes e Actualizadas) e Aplicações Robustas;
- Dispositivos de detecção-prevenção de intrusão;
- Programas de anti vírus;
- Supervisão de rede e procedimen-

tos de monitorização com recurso a scanners de rede, detectores de intrusões e alertas de segurança;

- Revisões regulares de configurações dos sistemas e da rede, e verificações de integridade de dados;
- Registo de acessos e trilhas de auditoria;
- Gestão de incidentes e planos de resposta;

- Programas educacionais de consciencialização de segurança;
- Criptografia forte e encriptação na camada de aplicação de ponto a ponto para proteger os PIN dos clientes, senhas de utilizadores e outros dados sensíveis na rede e nos dispositivos de armazenamento de dados.

AMB: Quais são os principais riscos que afectam a actividade bancária e quais as medidas correctivas que os bancos nacionais devem adoptar para mitigar esses riscos ?

AP: Na nossa opinião os principais riscos que afectam a actividade bancária são: risco de **Crédito**, **Liquidez**, **Mercado** e **Operacional**.

Salvo melhor opinião as medidas Correctivas que os bancos nacionais devem adoptar para mitigar esses riscos são:

● **Respeitar escrupulosamente os requisitos mínimos para o**

reconhecimento de colaterais de crédito, dos quais se destaca a certeza jurídica que obriga as Instituições de Crédito a cumprir os requisitos contratuais e legais para assegurar a aplicação dos contratos relativos a colaterais e garantir o seu carácter vinculativo em todos os ordenamentos jurídicos relevantes;

● **Definição de limites de exposição**

((evitar risco de concentração respeitando os limites prudenciais definidos pelo Banco de Moçambique através do Aviso 15/GBM/2013 sobre Rácios e Limites Prudenciais, bem como os limites definidos internamente para o controlo dos níveis de exposição do Banco aos riscos de Crédito (Limites de Concentração por

Região Geográfica, Por Sector de Actividade e por Moeda), Liquidez, Taxa de Juro e Operacional)). Entende-se que os Bancos devem estabelecer limites sobre a natureza e magnitude do risco de crédito e liquidez que a instituição está disposta a assumir, manter a exposição ao risco de taxa de juro

dentro dos parâmetros pré-determinados e, controlar as posições de risco cambial e os níveis de exposição ao risco operacional;

● **Notação interna de risco** (permite diferenciar os graus de risco de crédito nas diferentes exposições de uma instituição, bem como determinar características gerais de uma carteira

de crédito);

● **Segregação de Funções** (intervenção de várias pessoas no processo-responsabilidades tarefas devem ser separadas e executadas por diferentes grupos para reduzir a ocorrência de risco operacional);

AMB: Que acções preventivas os bancos devem introduzir para identificar, avaliar, mensurar e controlar os riscos ?

AP: Salvo melhor opinião os Bancos devem adoptar as seguintes acções preventivas para identificar, avaliar, mensurar e controlar os riscos:

● **Revisão Anual do Sistema de Controlo Interno** (permite avaliar o ambiente de controlo instalado ao nível dos processos, bem como das actividades e riscos associados, o que ajuda a definir acções de melhoria tanto de nível informático (softwares) como de nível processual (definição de processos e procedimentos)). A informação do Sistema de Controlo Interno é fundamental para o desenvolvimento das acções de monitoramento dos diferentes riscos inerentes as actividades desenvol-

vidas ao nível dos diferentes processos, tanto de negócio como de IT;

● **Plano de contingência de Liquidez e Capital** (Trata-se de um plano para lidar com situações de stress, procedimentos e planos de acção para responder a uma quebra grave na capacidade da instituição financiar algumas das suas actividades em tempo útil);

● **Testes de esforço** (permitem identificar e responder, em tempo útil, os potenciais efeitos das mudanças das condições de mercado);

● **Plano de Continuidade de Negócio** (Assegura a restauração de sistemas críticos e continuidade das operações de negócio);

● **Sistema de Informação de Gestão** (trata-se do fluxo integrado de informação);

● **Auto-Avaliação dos Riscos** (permite a identificação de riscos potenciais, através da avaliação do nível de exposição de cada processo aos diferentes riscos, bem como dos controlos instalados nos processos e das acções de mitigação relativas às maiores exposições);

● **Indicadores de Risco** (medem a performance dos processos e o nível de riscos dos mesmos e permitem identificar potenciais riscos e métricas que podem facultar alertas em base regular).

AMB: Na sua opinião, que lições podem ser aprendidas com este caso e como os bancos deverão actuar futuramente para gerir eficazmente os riscos e minimizar as perdas financeiras ?

AP: Na nossa opinião, a grande lição que se pode tirar deste caso é a seguinte: Por mais robustos que sejam os sistemas bancários, estes estão sempre sujeitos a ataques informáticos. E, adicionalmente, com a globalização e o avanço das tecnologias de informação e comunicação, a probabilidade desses ataques ocorrerem é cada vez maior e o impacto financeiro cada vez mais

severo. Portanto, por mais esforços que se façam, nunca será possível eliminá-los. Sendo assim, os bancos devem unir-se e de forma coordenada, arranjar mecanismos eficazes para gerir os riscos e minimizar as perdas financeiras através de: (i) formação e treino dos seus funcionários para aprenderem a lidar melhor com este tipo de prática; (ii) promoção de campanhas com o objectivo de sensibilizar os seus clientes no sentido

de adoptarem uma atitude e um comportamento mais prudente na utilização dos serviços financeiros; (iii) criação de um organismo internacional composto por bancos para partilha de experiências, debate de ideias e busca de soluções inovadoras e; (iv) monitorização regular dos sistemas.

BM decide intervir nos mercados interbancários



DESENVOLVIMENTOS DA ECONOMIA MOÇAMBICANA

De acordo com a informação publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) referente a Dezembro de 2014, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) da Cidade de Maputo registou uma variação positiva de 0,64%, idêntica à observada em igual período do ano transacto, após 0,41% em Novembro último. Assim, a inflação homóloga e média desaceleraram para 1,10% e 2,29%, respectivamente. O comportamento da inflação mensal na Cidade de Maputo reflectiu a variação dos preços das classes de bens alimentares e bebidas não alcoólicas, cuja contribuição na variação mensal do índice geral foi de 0,58 pp, e dos transportes, com uma contribuição de 0,03 pp. Os produtos com as maiores contribuições para a variação mensal positiva de preços foram o coco, tomate e os transportes de longo curso.

Em linha com a trajectória do IPC Maputo, o IPC de Moçambique, indicador que incorpora os índices de preços das cidades de Maputo, Beira e Nampula, registou em Dezembro uma variação mensal positiva de 0,71%, após 0,36% em Novembro de 2014. A inflação homóloga acelerou para 1,93% e a média anual desacelerou para 2,56%. As classes de alimentação e bebidas não alcoólicas, bem assim de vestuário e calçado, foram as que mais contribuíram para aquela variação mensal, com 0,54pp e 0,14 pp, respectivamente.

Para garantir o cumprimento do programa macrofinanceiro de 2015, o COMITÉ de Política Monetária do Banco de Moçambique (CPMO) deliberou intervir nos mercados interbancários de modo a assegurar que a Base Monetária em Janeiro de 2015 não exceda 54.689 milhões de meticais.

Reunido no dia 14 de Janeiro de 2015, na sua primeira sessão ordinária, o CPMO do Banco de Moçambique (BM) decidiu igualmente manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez em 7,5%; a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos em 1,50%; e o Coeficiente de Reservas Obrigatórias em 8,0%.

De acordo com o Comunicado recebido pela AMBNewsLetter, o BM analisou a informação económica e financeira referente aos meses de Novembro e Dezembro de 2014, bem assim os desenvolvimentos mais recentes reportados em Janeiro de 2015, para alguns indicadores, nomeadamente os desenvolvimentos da conjuntura económica e financeira internacional e regional, a evolução dos principais indicadores macroeconómicos e financeiros de Moçambique, com destaque para a inflação, agregados monetários e creditícios e as projecções de curto e médio prazos para a inflação.

O Comité de Política Monetária do

Banco de Moçambique tomou nota dos riscos prevaletentes na conjuntura económica e financeira internacional, caracterizada pelo abrandamento da recuperação da economia global e pela queda dos preços das principais mercadorias no mercado internacional, com impacto na balança de pagamentos do País.

No que tange à economia nacional, o CPMO registou os bons resultados macroeconómicos alcançados em 2014, com destaque para a inflação - que se situou abaixo do objectivo estabelecido - e o crescimento do PIB que, pela informação disponível até ao momento, se mantém na trajectória das previsões feitas.

O CPMO anotou com preocupação a ocorrência de cheias nas regiões Centro e Norte do País e os efeitos destruidores que causam às vidas humanas, infra-estruturas e circulação de pessoas e bens, tendo reafirmado o cometimento para com uma política monetária prudente e reforço da coordenação de políticas, condições necessárias para a consecução dos objectivos macroeconómicos estabelecidos para 2015, nomeadamente de uma inflação anual de 5,5%, de um crescimento anual do PIB de 7,7% e de uma posição das reservas internacionais de quatro meses de cobertura de importação de bens e serviços não factoriais.

Para tornar o sector privado mais competitivo

EXIGE-SE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E INDUÇÃO DO ESTADO

⇒ Consideram participantes do debate sobre o tema: “O Papel do Mercado de Capitais na Dinamização da Economia Nacional”

Não obstante o rápido crescimento observado no mercado moçambicano de capitais nos últimos quinze anos, em termos relativos, isto é, quando comparado com mercados de outras economias da região, o actual nível de capitalização bolsista e participação das empresas está muito aquém da média da SADC. Indica um estudo efectuado pelo Banco de Moçambique apresentado no dia 30 de Janeiro último, no final do XXXIX Conselho Consultivo desta instituição de supervisão financeira.

Da avaliação efectuada pelo estudo, identificou-se um conjunto de constrangimentos que parece afectarem o desenvolvimento do nosso mercado de capitais, destacando-se, a limitada disponibilização de informação financeira das empresas em face do baixo nível de publicação das suas contas e relatórios, a ausência de intermediários independentes da Bolsa e consequente conflito de interesses, a fraca abertura das empresas à entrada de outros sócios e consequente preferência pelo financiamento bancário e o limitado conhecimento das empresas quanto às vantagens de se financiarem no mercado de capitais.

Em face destes constrangimentos, o BM questionou como desenvolver um mercado de capitais em Moçambique que possa constituir uma fonte alternativa de mobilização da poupança e consequente financiamento de médio e longo prazo, a custos mais baixos?

Mário da Graça Machungo, falando na qualidade de presidente da Associação Moçambicana de Bancos defendeu que é necessário adoptar modelos consolidados às condições da economia moçambicana através das pequenas e médias empresas que se interligam entre si.

Recuando no tempo e espaço, o antigo Primeiro-Ministro de Moçambique recordou que em 1975, ano da Independência Nacional não existia nenhum moçambicano herdeiro duma empresa pequena ou média e que os moçambicanos só entraram para a



economia de mercado no início da década 90 com a liberalização do mercado. Neste sentido, o desafio actual é encontrar mecanismos para a sustentabilidade das pequenas e médias empresas através de acções de educação financeira virada para a poupança. Frizou como exemplo a China onde existem 80 milhões de cidadãos cotados na Bolsa de Valores e a educação empresarial e financeira inicia no ensino primário.

Por seu turno, Luisa Diogo, economista e também antiga Primeira-Ministra, disse que Moçambique não deve adoptar modelos em função das necessidades concretas do empresariado nacional, como foi defendido por um dos participantes. A seguir esta lógica, ela entende que o empresariado moçambicano continuará sempre para trás dos países com economias mais avançadas. Mas sim, “o Estado moçambicano deve adoptar método indutivo para que o empresariado nacional possa andar mais rápido para frente”, frizou Luisa Diogo.

O Estudo apresentado pelo BM tinha como objectivos, analisar o actual estágio de desenvolvimento do mercado de capitais em Moçambique e sua contribuição para o desenvolvimento da economia nacional, identificar os principais constrangimentos para o seu Desenvolvimento, explorar as experiências dos outros países no uso

deste mercado como e instrumento para a dinamização das suas economias e propor reformas visando reforçar a contribuição do mesmo na economia moçambicana.

O estudo descreve que o mercado de capitais em Moçambique surgiu com a criação da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) em 1998 (Dec n.º49/98), cabendo ao BM a supervisão, regulamentação e promoção do Mercado de Valores Mobiliários (Dec-Lei 4/2009). A sua criação foi em reconhecimento de que o sistema bancário não constituía a única alternativa para o financiamento da economia e optimização dos ganhos decorrentes do mercado de capitais e potenciá-lo como fonte alternativa de financiamento (exploração dos recursos minerais, infraestruturação do país). Com efeito, o funcionamento eficaz e fluido da intermediação financeira exige a diversificação das fontes de poupança e financiamento e interligação entre os mercados monetário e de capitais e a Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro (2013-22), prevê a necessidade de expansão do mercado de capitais visando maior envolvimento das PMEs.

INUNDAÇÕES E INCERTEZAS NA ECONOMIA GLOBAL DESAFIAM O CRESCIMENTO ECONÓMICO DE MOÇAMBIQUE EM 2015

Incertezas quanto ao desempenho económico das economias avançadas e das economias emergentes, cujas previsões Banco Mundial aponta um crescimento global em 2015 é de 3% e os desastres naturais com destaque para as chuvas intensas que caíram em todo o país, provocando cheias sobretudo nas zonas Centro e Norte, tendo afectado negativamente o funcionamento normal da nossa economia, constituem os desafios para o crescimento da economia nacional em geral, e o sector financeiro, em particular.

Este aviso foi dado pelo Governador do Banco de Moçambique no dia 28 de Janeiro último, na abertura do XXXIX Conselho Coordenador do BM que neste ano decorreu sob lema **“promovendo a inclusão financeira e a valorização do Metical”**.

Perante o cenário dos desafios apontados, Ernesto Gove disse que o Banco Central da República de Moçambique, continuará com as acções estruturantes iniciadas nos últimos anos, seja no quadro da formulação, gestão e implementação da política monetária, seja no âmbito da missão de supervisor e regulador das instituições de crédito e sociedades financeiras, visando assegurar e consolidar a estabilidade macroeconómica e do sector financeiro. Para o efeito, o Banco de Moçambique continuará a privilegiar a utilização de instrumentos de mercado visando uma expansão da Base Monetária, nossa variável operacional, não superior a 19,0%, em linha com o crescimento nominal do agregado mais amplo de moeda de 18,4% e uma expansão do crédito ao sector privado em torno dos 19,9%.

Nestes desafios, o BM conta com o envolvimento conjunto das instituições de crédito que operam no País, das instituições públicas provedoras de serviços diversos e do sector privado, prosseguiremos com os esforços de bancarização da economia, com o objectivo de melhorar a inclusão financeira da população, ao mesmo tempo que continuará a empreender esforços visando a modernização permanente do nosso sistema de pagamentos e o melhoramento da qualidade dos serviços financeiros prestados ao público e respectivos preços.

Não obstante a estes desafios, Ernesto Gove ilustrou um crescimento no âmbito da expansão de instituições de crédito em o país conta actualmente com um total de 617 agências de instituições de crédito presentes em todas as capitais provinciais, municípios e em 69 distritos



do país. O facto deve-se a abertura de mais 52 balcões de bancos, elevando a quantidade de agências bancárias em funcionamento para 572 no território nacional, e de 4 balcões de microbancos, passando a totalizar 37. A estes balcões, adiciona-se ainda 8 agências de cooperativas de crédito e registou-se ainda a entrada no mercado de 52 novas instituições de microcrédito, passando para um total de 285.

O Governador do BM observou que o telemóvel, para além de constituir um meio de comunicação de massas, constitui hoje um importante instrumento de alargamento do raio de actuação das instituições de crédito e sociedades financeiras, possibilitando a diversificação da gama de serviços e produtos financeiros oferecidos aos seus clientes e expandindo assim a intermediação financeira.

Ainda na esteira das realizações do BM em 2014, Gove informou que em conformidade com o estabelecido no Aviso 03/GBM/2012, em Janeiro de 2014 iniciámos a implementação efectiva de Basileia II, cujos critérios impuseram ao sistema bancário um conjunto de desafios em termos de organização e classificação de informação para efeitos de reporte prudencial. Para além de alterações de ordem metodológica na computação dos riscos financeiros, fundos próprios e rácio de solvabilidade, os normativos aprovados no âmbito da transição também trouxeram alterações nos modelos de reporte. Entretanto, volvidos cerca de 12 meses de implementação efectiva, uma parte destes desafios foi já ultrapassada, o que se tem reflectido na apresentação de uma informação prudencial cada vez mais consentânea com as novas regras. Ao nível da implementação da metodologia

de supervisão focalizada no risco, introduzida pelo Aviso n.º 04/GBM/2013, de 24 de Maio, o BM realizou ao longo do ano 4 inspecções a igual número de instituições, cujos resultados evidenciam um certo comprometimento da gestão das instituições de crédito em cooperar com a autoridade de supervisão.

No âmbito da Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro 2013-2022, aprovada pelo Governo moçambicano em 2013, Gove informou que no ano de 2014 o BM desenvolveu várias acções orientadas para o reforço institucional, que incluíram a criação de um departamento com competências para promover iniciativas em prol do incremento dos níveis de informação e educação financeira do público. Ainda neste domínio, destacou o lançamento do Programa de Educação Financeira, como forma de garantir maior conhecimento do funcionamento das instituições financeiras, seus produtos e serviços, e, deste modo, assegurar uma maior protecção aos consumidores, nomeadamente os de baixa literacia financeira, contra eventuais práticas comerciais desleais, envolvendo simultaneamente os bancos na melhoria do seu profissionalismo e qualidade dos serviços prestados.

Com vista à operacionalização dum sistema financeiro inclusivo, em 2014 foi desenhado um plano de acção para a elaboração da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, tendo em vista assegurar um rápido acesso dos serviços financeiros para uma parte significativa da população adulta, particularmente a residente nas áreas sem a presença física dos pontos de acesso tradicionais aos serviços financeiros.

Análise IMPLEMENTAÇÃO DE BASILEIA II

Desafios, Oportunidades e Principais Impactos



Dr. Oldemiro Belchior
Chief Economist AMB

1. A importância da gestão de risco no Sector Financeiro

Sendo a gestão do risco um dos pilares centrais da actividade bancária, a sua eficácia representa condição necessária para que as instituições financeiras apresentem capacidade de criar valor de forma sustentável ao longo do tempo.

A gestão de risco é efectivamente uma função cuja acção é determinante na conta de exploração das instituições, por via da maior ou menor mitigação de perdas potenciais decorrentes das diversas actividades dos bancos.

Para além da importância interna desta função, a informação sobre a gestão de risco é igualmente relevante para os diversos *stakeholders* nomeadamente: os accionistas, o regulador, outras entidades financeiras com as quais o Banco se relaciona.

A função de Gestão de Risco assume responsabilidades de monitorização, controlo e prestação de informações da gestão sobre os riscos relevantes através de: definição e implementação de processos para recolha de dados fiáveis e tempestivos; estabelecimento de limites de exposição para os riscos; identificação, avaliação, mensuração, controle e acompanhamento dos riscos relevantes; estabelecimento de uma

adequada segregação entre as funções de gestão de risco e controlo interno; validação periódica dos modelos e metodologias de avaliação de risco; definição da estrutura e periodicidade dos relatórios de informação de gestão, incorporando indicadores de alerta para uma actuação atempada; concepção e implementação dos planos de continuidade de negócio incidindo sobre os sistemas de informação, as infraestruturas físicas e os recursos humanos, etc.

Tendo em vista melhorar as práticas de gestão de riscos vigentes nas instituições financeiras, o Banco de Moçambique publicou o Aviso n.º 04/GBM/2013 que define um conjunto de directrizes, baseadas nas melhores práticas internacionalmente aceites. Ao emitir estas directrizes o Banco de Moçambique pretende tornar a sua actividade, tanto *on-site* como *off-site*, cada vez mais focalizada no risco, atendendo ao crescente número de instituições supervisionadas e a constante inovação de produtos e serviços financeiros por parte destas.

Estas directrizes pretendem contribuir para o alinhamento de uma comunicação uniforme entre as instituições de crédito e o regulador em matéria de gestão de risco, que por sua vez, contribuirá para a harmonização das práticas de gestão de risco da indústria bancária.

As directrizes de gestão de risco compreendem as nove categorias de riscos mais relevantes na actividade bancária, designadamente: risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional, risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio, risco estratégico, risco de reputação, risco de *compliance*, risco de tecnologias de informação.

De acordo com o referido Aviso regulamentar, os bancos devem desenvolver um Programa de Gestão de Risco (PGR) detalhado, ajustado à dimensão e complexidade das suas actividades, e os respectivos PGR's devem ser revistos anualmente e devem no mínimo cobrir os nove riscos incorporados nestas directrizes.

2. Enquadramento Basileia II

Em 1988, reguladores dos principais países industrializados desenvolveram o Acordo de Basileia (Basileia I) depois de várias falências no sector bancário. Antes do acordo a generalidade dos bancos estava pouco capitalizada e existiam diferenças significativas entre os níveis de capitalização dos diferentes países.

Basileia II pretende dar ênfase à necessidade de gerir os riscos a que estão sujeitas as instituições financeiras, para além de fornecer orientações quanto ao cálculo dos requisitos de capital e ao modo de divulgação de informação ao mercado. Deste modo, o novo acordo de Basileia II procura promover uma maior estabilidade do sistema financeiro internacional, dando resposta a

- ❖ Pilar I - Requisitos mínimos de capital: com enfoque na mensuração, este pilar consiste na determinação de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura de riscos (risco de crédito, risco operacional e risco de mercado);
- ❖ Pilar II – Processo de Supervisão: com enfoque no acompanhamento e prevenção, este pilar procura reforçar a supervisão sobre as instituições financeiras por parte das entidades reguladoras através de: definição dos processos de gestão dos riscos, adequação do capital, monitorização dos níveis de capital económico;
- ❖ Pilar III – Disciplina de Mercado: com enfoque na divulgação, este pilar consiste na determinação da forma de prestação de informação sobre a situação financeira e solvabilidade dos bancos.

Oportunidades

- ⇒ **Capacitação de Recursos Humanos:** o processo abrangente de mudança configura uma oportunidade para fortalecer a Função Risco dotando-a de recursos humanos especializados;
- ⇒ **Instrumentos de Gestão:** os resultados obtidos auxiliarão os processos de gestão das Áreas de Negócio, bem como o processo de tomada de decisões;
- ⇒ **Optimização do Investimento:** é possível estabelecer sinergias entre os investimentos a realizar e aqueles necessários para fazer face a outros desafios dos Bancos em matéria de gestão do negócio;
- ⇒ **Optimização de Recursos:** os novos processos e sistemas instituídos facilitarão a eliminação de tarefas redundantes e manuais, assegurando um melhor aproveitamento dos recursos e a redução do risco operacional;
- ⇒ **Gestão de Capital:** as metodologias de mensuração permitem suportar a determinação do capital consumido pelas diferentes linhas de negócio e aferir a rentabilidade ajustada ao risco das mesmas;
- ⇒ **Visão estratégica:** as metodologias a desenvolver permitirão uma visão estratégica da adequação do capital, posicionando-se como instrumento relevante no processo de planeamento e definição estratégica.

Desafios

- ⇒ **Governance:** a governação da gestão de risco sobre impactos significativos e tem de ser articulada as restantes funções de controle e de suporte ao negócio;
- ⇒ **Recursos Humanos:** as capacidades de gestão a desenvolver implicam aperfeiçoamento e evolução dos conhecimentos e competências dos recursos existentes, e necessidade de reforço das equipas;
- ⇒ **Sistemas de Informação:** as novas necessidades implicam alterações nos sistemas fonte e a criação de repositórios e ferramentas apropriadas;
- ⇒ **Investimento:** as capacidades a criar implicam investimento e o incremento da estrutura de custos recorrentes;
- ⇒ **Articulação Negócio e Risco:** a função risco reforça a sua intervenção nas decisões de negócio,

Num processo de transformação desta natureza destacam-se os seguintes factores críticos de sucesso:

- ❖ É necessário compromisso firme dos órgãos de gestão das instituições;
- ❖ É fundamental definir *a priori* uma visão objectiva quanto aos *milestones* a atingir e os resultados a obter;
- ❖ Deve existir orientação clara para a criação de capacidades de gestão de risco e não apenas para a resposta ao regulador;
- ❖ O planeamento tem de ser detalhado e dinâmico (ajustável às prioridades do negócio);
- ❖ Os processos e os sistemas de informação devem evoluir de forma coordenada;
- ❖ Os resultados a obter devem ser monitorizados e reportados.

As alterações ao regime prudencial e às regras de adequação de capital nos moldes de Basileia II, entrou em vigor no sistema financeiro moçambicano, com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2014. Já passados mais de 365 dias desde a entrada em vigor do novo regime prudencial, muito provavelmente o processo de implementação e consolidação de Basileia II, não estará concluído ao nível de todo o sistema bancário, considerandoos desafios numa óptica de investimento e capitalização que os bancos devem realizar para acomodar níveis de solvabilidade regulamentar exigidos pela entidade de supervisão.

Principais impactos

Conta de
Exploração

- Afectação na margem financeira das instituições (diminuição de juros recebidos) devido a condição regulamentar de não reconhecimento de proveitos financeiros (juros) para os créditos vencidos que se enquadram na classe de risco III e seguintes (acima de 90 dias - *non performing loans*).

Custo de
Provisionamento

- Aumento do custo de provisões devido a aplicação de taxas de provisão de crédito vencido com incidência sobre o saldo em dívida do contrato (prestações vencidas e prestações vincendas), ou sej a todo o crédito passa a ser provisionado de acordo com a classe de risco do crédito vencido.

Rácio de
Sinistralidade

- Alteração das Estatísticas de Crédito devido ao aumento da volumetria do crédito vencido e consequentemente agravamento dos níveis de sinistralidade da carteira, considerando que o crédito vencido começa contar a partir do primeiro dia de atraso ou incumprimento (classe I – até 30 dias).

Rácio de
Capital

- Maior necessidades de adequação de capital para cobertura dos riscos (risco de crédito, risco operacional e risco de mercado), sendo o risco de crédito o que representa maior nível de consumo de capital (*RWA – Risk Weighted Assets*) devido as restrições de elegibilidade de colaterais e classes de risco com ponderadores elevados (por exemplo, classe de créditos vencidos).

Fraudes nas ATM

Em todos os anos verificam-se muitas vítimas de fraude em pagamentos com cartões, não só em Moçambique, mas em todo o mundo. Trata-se de um desafio que resulta do fenómeno da globalização acelerada pela evolução tecnológica dos dias que correm. Por exemplo, alarmada pela situação, a EUROPL), através da sua Unidade de Moeda Falsa e de Cibercriminalidade, emitiu um conjunto de alertas sobre os quais a AMB reconhece a necessidade de partilhar com os seus membros associados e com o público em geral sobre as medidas básicas de prevenção contra fraudes quando usar cartões para pagamento, quer sejam de débito, de crédito, pré-pagos – do tipo “BancoNet” - ou outros. Esta página informativa visa evitar que os titulares de cartões de pagamento sejam vítimas de fraudes, especialmente quando deslocam em missão de serviço ou por outros motivos pessoais, quando é mais provável que as pessoas os usem em locais que nem sempre lhes são familiares, estando por isso mais vulneráveis a fraudes.



As recomendações que a AMB proporciona diminuem o risco de se tornar uma vítima de fraude em pagamentos com cartão.

Fraudes de Cheques

O artigo 30 do Código de Conduta da AMB, quanto ao extravio, furto ou roubo de cheques e cartões estabelece que os Membros comprometem-se a informar convenientemente os seus clientes que, em qualquer das situações previstas na epígrafe, deverão comunicar de imediato aos Membros onde as suas contas estiverem domiciliadas, podendo essa comunicação ser feita verbalmente, devendo, neste caso, ser confirmada por escrito no prazo de 24 horas, comprometendo-se os Membros a agir de imediato por forma a proteger os interesses dos seus clientes.

A AMB procura reforçar informações para tornar a utilização do cheque mais segura e confiável. Associados e clientes podem minimizar ou até mesmo impedir a ação de fraudadores.

Como os cheques são fraudados:

-  Fraudadores aproveitam do descuido na hora de guardar o talão de cheques e se apoderam de algumas folhas avulsas ou do talão por completo.
-  Após receber um cheque como pagamento de algum produto ou serviço, o fraudador se aproveita do descuido no momento do preenchimento do cheque e adultera os valores. Isso pode acontecer adicionando palavras (e números) nos espaços deixados em branco, ou caso você tenha utilizado caneta cedida por terceiro mal intencionado com tinta especial, os valores podem ser apagados e alterados.

Bancos...

Para quem faz uso dos serviços bancários pela internet

As informações abaixo são do interesse geral.

Quando for fazer uso dos serviços bancários pela internet, **siga as 3 dicas** abaixo para verificar a autenticidade do site:

1 - Minimizar a página. Se o teclado virtual for minimizado também, está correcto. Se ele permanecer no ecrã sem minimizar, é pirata! Não tecle nada.

2 - Sempre que entrar no site do banco, digite a SUA SENHA ERRADA na primeira vez. Se aparecer uma mensagem de erro significa que o site é realmente do banco, porque o sistema tem como verificar a senha digitada.

Mas se digitar a senha errada e não acusar erro é mau sinal. Sites piratas não tem como conferir a informação, o objectivo é apenas capturar a senha.

3 - Sempre que entrar no site do banco, verifique se no rodapé da página

aparece o ícone de um cadeado; além disso, clique 2 vezes sobre esse ícone; uma pequena janela com informações sobre a autenticidade do site deve aparecer. Em alguns sites piratas o cadeado pode até aparecer, mas será apenas uma imagem e ao clicar 2 vezes sobre ele, nada irá acontecer.

Os 3 pequenos procedimentos acima são simples, mas garantirão que você não seja vítima de fraude virtual.

SEJA SÓLIDÁRIO, RENVIE AOS SEUS AMIGOS.

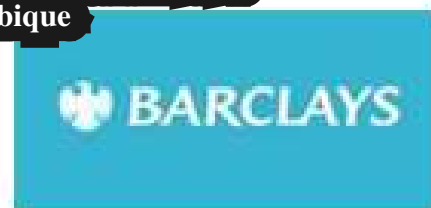
A AMB saúda o gesto de generosidade e solidariedade que os seus membros demonstraram e continuam a demonstrar no apoio às vítimas de calamidades naturais e não só em Moçambique



www.bancabc.co.mz



www.bancoterra.co.mz



www.barclays.co.mz



BANCO COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS
www.bci.co.mz



BANCO MERCANTIL E DE INVESTIMENTOS
www.bmi.co.mz



BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO
www.bni.co.mz



www.ecobank.com



www.fnb.co.mz



www.gapi.co.mz



www.capitalbank.co.mz



www.mcbmozambique.co.mz



www.millenniumbim.co.mz



www.mozabanco.co.mz



www.standardbank.co.mz



www.bancounico.co.mz

Ficha técnica

AMBNewsLetter

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos; Dispensa de Registo N.º03/GABINFORM/DEC/2015; Edição n.º 02, Janeiro - Março de 2015; **Coordenador Editorial:** Secretário Geral da AMB: José Mussane; **Revisão:** Anastácia Rosária. **Redacção, Fotografias e Maquetização:** B. M. Chabualo; **Colaborador:** Oldemiro Belchior; **Periodicidade:** Trimestral; **Distribuição:** Gratuita. Contactos: 258-21310818; Móvel: 258-823207330.

E-mail: ambancos@teledata.mz www.amb.co.mz; Maputo - Moçambique